



**DISCURSO DE ÓDIO CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ NA ARENA
POLÍTICA: AMEAÇA AO MULTICULTURALISMO NA HUNGRIA E
OS REFLEXOS NO BRASIL**

**HATE SPEECH AGAINST LGBTQIA+ PEOPLE IN THE PO-LITICAL
ARENA: THREAT TO MULTICULTURALISM IN HUNGARY AND
THE REFLECTIONS ON BRAZIL**

Recebido em:	20/08/2022
Aprovado em:	17/09/2022

Douglas Santos Mezacasa¹

Jayme Benvenuto Lima Junior²

RESUMO

O presente artigo visa observar o discurso de ódio das lideranças políticas do estado da Hungria contra as pessoas LGBTQIA+ com o intuito de entender como eles atacam os ideais do multiculturalismo, e como essa prática repercute no território brasileiro, causando danos

¹ Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Maringá (UniCesumar); Especialista em Direito Previdenciário pela Universidade Estadual de Londrina; Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná (PUCPR); Coordenador e Professor Efetivo do curso de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Professor do curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR); Pesquisador Associado pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Parecerista; Advogado. Endereço eletrônico: dmezacasa@gmail.com

² Doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. Endereço eletrônico: benvenutolima@uol.com.br



aos direitos fundamentais e colocando em risco a vida e a integridade física dos grupos vulneráveis. Para tanto, tratou-se do tema, a partir de incursões teóricas que buscassem discutir as ideias do multiculturalismo como uma corrente ético-política que sempre buscou demonstrar as reivindicações de grupos e culturas minoritárias em contraposição às culturas hegemônicas das democracias liberais. Por fim, a pesquisa discutiu algumas narrativas de personalidades políticas da Hungria e do Brasil contra a população LGBTQIA+ que incitaram a discriminação, a segregação cultural e a violência, por meio do discurso de ódio e de *fakenews*, concluindo pelo risco que as vidas LGBTQIA+ enfrentam e terão que enfrentar enquanto os conservadores permanecem no poder.

Palavras-chave: discurso de ódio; multiculturalismo; discriminação; violência.

ABSTRACT

This article aims to observe the hate speech of the political leaders of the state of Hungary against LGBTQIA+ people in order to understand how they attack the ideals of multiculturalism, and how this practice has repercussions in Brazilian territory, causing damage to fundamental rights and putting into question risk the life and physical integrity of vulnerable groups. For that, the theme was dealt with, from theoretical incursions that sought to discuss the ideals of multiculturalism as an ethical-political current that always sought to demonstrate the claims of minority groups and cultures in opposition to the hegemonic cultures of liberal democracies. Finally, the research discussed some narratives of political personalities from Hungary and Brazil against the LGBTQIA+ population that incited discrimination, cultural segregation and violence, through hate speech and fake news, concluding the risk that LGBTQIA+ lives face. and will have to face while the Conservatives remain in power.

Keywords: hate speech; multiculturalism; discrimination; violence.



INTRODUÇÃO

As ideias que o movimento teórico multiculturalista construiu ao longo das últimas décadas de período de governos (não) democráticos tem ganhado destaque nos debates atuais. A vitória de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos, deu início a longos enfrentamentos político-sociais, que se espalharam como modelos para outros sistemas políticos nacionais. Seguido pela vitória nas eleições de 2018 no Brasil e, juntamente, com o fortalecimento das alianças entre Estados Unidos (então sob o governo Trump), Polônia e Hungria, a pauta multicultural foi perdendo força nesses Estados nominalmente democráticos, mas (i)liberais, tornando-se ambientes perigosos e retrocedentes para as questões de diversidade de raça, gênero, sexualidade, reconhecimento de territórios, padrões culturais minoritários e outros demarcadores sociais de diferença heterogêneos.

O risco de queda deste projeto multicultural se intensificou nos últimos anos subsidiado por discursos políticos de ódio, trazidos por representantes que chegaram ao poder, justamente por dicotomizar o espaço político entre os ideais ultraconservadores e nacionalistas e, os ideais multiculturais, que foram vistos, na maioria das vezes, como conceitos devastadores de modelos hegemônicos de identidades tradicionais. Nessa polarização política, a pauta anti-gênero foi alçada como ponto crítico aos conservadores e, que logo, ganhou força em parte significativa dos eleitorados nacionais, uma vez que já estavam descrentes das promessas dos sistemas políticos e econômicos dos países. Some-se a isso, o tradicional conservadorismo de parcelas significativas das populações nacionais em questões de costumes, o qual, em contexto de crise econômica, tem se mostrado apto à manipulação por meio de grupos sociais e partidos de direita via redes sociais.

O discurso de ódio e de intolerância direcionado contra a população LGBTQIA+ e às suas identidades não fixas, ganha força não somente nos ambientes virtuais (ambiente também utilizado como meio de comunicação entre os líderes conservadores e o eleitorado) mas, de forma indireta, também vem ocupando espaço político das agendas desses governos.



A agenda conservadora é conduzida por um movimento de destruição de garantias de direitos individuais. Por isso, este artigo visa observar o discurso de ódio das lideranças políticas do estado da Hungria contra as pessoas LGBTQIA+ com o intuito de entender como eles atacam os ideais do multiculturalismo, e como essa prática repercute no território brasileiro, causando danos aos direitos fundamentais e colocando em risco a vida e a integridade física dos grupos vulneráveis a tais ataques.

A pesquisa se desenvolve a partir de análises de narrativas de personalidades políticas da Hungria e do Brasil com o intuito de responder o seguinte questionamento: em que medida o discurso de ódio, manifestado por líderes da Hungria, contra as pessoas LGBTQIA+ refletem no estado brasileiro, manipula o entendimento multicultural e ameaça vidas de populações desses grupos vulneráveis?

NOTAS SOBRE O DISCURSO DE ÓDIO

Os reiterados discursos de intolerância contra as pessoas LGBTQIA+ têm se mostrado cada vez mais intensos e agressivos nos contextos sócio-políticos. Líderes políticos de partidos ideologicamente tradicionais ganharam espaço no meio social com discursos de ódio relativos às questões de gênero e de sexualidade. Discursos referentes a “Uma nova era no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, expressados pela titular do Ministério das Mulheres e Direitos Humanos, Damares Alves, em 2019 e, falsas ideias, como a da distribuição de um “kit gay” nas escolas (pauta que alavancou a candidatura de Jair Bolsonaro na presidência de 2018) estimularam diversos ataques às pessoas LGBTQIA+ em diversas partes do Brasil.

Discursos conservadores e muitas vezes falsos passaram ser repetidos no âmbito virtual pelos apoiadores do Presidente da República, ocasionando um ambiente de intolerância e ameaça contra as pessoas que pensassem diferente. A Agência de Jornalismo Investigativo (Publica) registrou 50 agressões cometidas por eleitores de Jair Bolsonaro



entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2018. Em contrapartida, 6 agressões foram registradas contra eleitores do candidato do mesmo partido por parte de eleitores da oposição (PÚBLICA, 2018). Além das agressões motivadas por divergências político-partidárias, a população LGBTQIA+ passou a sofrer ataques direcionados, em razão da condição sexual.

Oriundo do termo inglês *“hate speech”*, os discursos de ódio é constituído por “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (BRUGGER, 2007, p. 118). As expressões particulares de ódio costumam ser dirigidas contra determinados grupos de pessoas que vivem em um contexto próprio/particular (HOWARD, 2019). Daniel Sarmiento (2006) define o discurso de ódio como sendo relativo a “manifestações de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, orientação sexual, dentre outros fatores”.

O discurso de ódio proferido em relação às pessoas LGBTQIA+ são decorrentes do padrão heteronormativo e cisnormativo “que estabelece uma diferenciação entre os sujeitos e cria um sistema de hierarquização”, em que os grupos vulneráveis são considerados “anormais” (RIOS, 2007). “Trata-se do fenômeno que elenca a heteroafetividade como um padrão de verdade, normalidade e naturalidade, em outras palavras, reveste as demais sexualidades não padronizadas pelas forças sociais vigentes como algo patológico” (CAZELATTO; CARDIN, 2016, p. 930).

O discurso anti-sistema e anti-PT foi potencializado nas redes sociais, especialmente por meio do disparo massivo de mensagens via Whatsapp, direcionado a pessoas que se identificavam com o seu pensamento, na esteira do que já havia sido testado nos Estados Unidos, na eleição de Donald Trump, e no Reino Unido, na campanha do Brexit. Contou com



o forte apoio das Forças Armadas, que o disseminou por meio de suas estruturas e rede de alianças.

Contudo, há, ainda, quem confunda o discurso de ódio com liberdade de expressão, direito garantido pela Constituição da República, em seu artigo 5º, inciso IX. Ao analisar a liberdade de expressão na visão da teoria liberal, o autor Mark Crawford (1990) aponta que essa garantia é proteção de autonomia discursiva das pessoas, sem que o Estado se intrometa nesse direito. Porém, há um risco nessa definição, pois, a partir dessa interpretação, toda a liberdade de pensamento é livre para ser expressa, sem a preocupação com o conteúdo ofensivo à intimidade e à autonomia de grupos vulneráveis.

Nesse contexto, é importante ressaltar a ideia de um regime mais protecionista (que vai na contramão da visão liberal). Frankenberg (2006, p.53) pontua que esse regime protecionista “introduz critérios cognitivos e limites demarcados normativamente para cercear a aleatoriedade de experimentos democráticos”, levando em consideração, dessa forma, os efeitos das discussões políticas entre as pessoas, enfatizando a concepção de proteção de minorias (SILVEIRA, 2007, p, 47).

Dessa forma, o poder do Estado não pode deixar de proteger as minorias sociais oprimidas, em razão de um pensamento majoritário que manifesta publicamente expressões difamantes e ofensivas (SILVEIRA, 2007, p, 48), como tem-se observado nos discursos dos líderes partidários da Hungria. Tais práticas atacam os ideais do multiculturalismo, movimento de ordem político-cultural que busca a proteção dos grupos vulneráveis e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

O MULTICULTURALISMO E A BUSCA DA GARANTIA DE DIREITOS

O multiculturalismo surgiu a partir dos anos 1980, estruturando-se como uma corrente ético-política que buscava demonstrar as reivindicações de grupos e culturas minoritárias em contraposição às culturas hegemônicas das democracias liberais. O primeiro



grupo que iniciou os questionamentos ao sistema de representação das democracias foi o das mulheres, logo seguido pelos demais grupos vulneráveis (étnicos, religiosos, sexuais e de gênero), que foram ganhando força nas universidades e outros setores sociais de base crítica (FEMENÍAS; VIDIELLA, 2017).

O multiculturalismo pode ser entendido tanto no sentido de expressar as variações culturais que estão presentes na sociedade pós-moderna (denominado de significado descritivo) quanto para expressar o desejo da não associação cultural e moral pelas culturas democráticas (i)liberais ocidentais dominantes, que são caracterizadas pela discriminação e pelo tratamento desigual das minorias (denominado de significado prescritivo) (OSBORNE, 1996).

Para Joanildo Burity (2001), o multiculturalismo não está focado, apenas, em um discurso em favor da diversidade cultural, mas refere-se a diversos aspectos que estão intimamente ligados entre si, como o reconhecimento da não-homogeneidade étnica e cultural, melhores políticas públicas para assegurar a diversidade/pluralidade de grupos e tradições (BURITY, 2001), entre outras preocupações que buscam, invariavelmente, a proteção dos grupos vulneráveis.

Ao mesmo tempo que as temáticas sobre as diferenças entre os indivíduos começaram a ganhar força nesse contexto político, percebiam-se certos movimentos voltados para a união entre os grupos subordinados que se articularam para reivindicar, além de maior visibilidade e direitos, a descentralização da cultura ocidental (BURITY, 2001). Os valores e as instituições construídas e fortalecidas por um capitalismo de base eurocêntrica e norte-americana se alastraram por todos os cantos do mundo, gerando modelos de grupos modernizados (iliberais) e, conseqüentemente, outros grupos marginalizados e invisibilizados. Isso quer dizer que tais grupos modernizados (iliberais) não teriam base para reivindicar direitos sem a emergência do sistema de direitos instituído. A partir do



movimento do multiculturalismo, novas maneiras de pensar se colocaram em exposição face à disseminação desse modelo.

Segundo o estudioso dos Estudos Culturais Stuart Hall (2004), em sua obra “A identidade Cultural na pós-modernidade”, os indivíduos estão situados em uma época em que, devido a uma série de transformações e mutações sociais e tecnológicas, há uma crise de identidade, a qual fragmentou o sujeito moderno e modificou o entendimento dos seres humanos sobre si mesmos e sobre o mundo.

As identidades das sociedades de hoje não são mais as mesmas das identidades do passado. Os velhos modelos estamentários do passado, que guiavam o modo e o estilo de vida de cada sujeito na estrutura social, demarcado por comportamentos dicotômicos implicitamente impostos, ruíram com o advento da modernidade. (LUCAS; SERRER, 2017). Atualmente, pode-se perceber uma desconstrução da produção tradicional de identidades, substituídas por construções múltiplas de individualidades distintas e famílias plurais.

A igualdade moderna foi substancializada pelo direito à diferença, enquanto a humanidade liberal, caracterizada pela oposição entre as classes burguesa e proletária, foi substituída por múltiplas manifestações de humanidade presentes no ser humano. Os autores Douglas Cesar Lucas e Fernanda Serrem mencionam que, definitivamente, o sujeito moderno “já não é mais somente operário ou burguês, ainda que continue sendo isso também. Ganham extrema visibilidade e clamam por reconhecimento sua condição religiosa, sua escolha sexual, seu gênero etc”.

Ademais, o fenômeno da globalização potencializou o surgimento das sociedades multiculturais, e, por conseguinte, as questões relacionadas à discriminação das minorias vieram cada vez mais à tona. No contexto das transformações sociais, os grupos suscetíveis à discriminação e à marginalização estão em busca do reconhecimento jurídico que venha a proteger suas identidades, as quais são particulares de cada grupo, mas, em especial para esse escrito, o movimento LGBTQIA+.



DISCURSO POLÍTICO DE ÓDIO DA HUNGRIA: O ATAQUE AOS IDEAIS MULTICULTURAIS E DEMOCRÁTICOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ E AS SEMELHANÇAS COM O BRASIL

A União Europeia está fundada em valores que buscam respeitar a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de Direito e as pessoas pertencentes aos grupos minoritários, como prevê o artigo 2º do Tratado da União Europeia (TUE). De acordo com o entendimento de Márquez (2021), o desafio da União Europeia é colocar em prática os direitos relativos às questões de gênero e de sexualidade, tendo em vista que tais direitos não foram devidamente contemplados no TUE.

Contudo, quando se analisa a Carta de Direitos Fundamentais, mais especificamente em seu artigo 51, verifica-se que houve um tratamento deslocado à subsidiariedade à aplicação da Convenção e, por isso, a implementação dos direitos humanos na União Europeia fica limitada ao domínio do direito comunitário (MÁRQUEZ, 2001, p. 190). É com base nesse dispositivo que se amplia a dificuldade de defender e de aplicar os direitos de sexualidade e de gênero das pessoas LGBTQIA+ nos países democráticos europeus, em especial, na Hungria, que vive um estado de democracia fraca.

O estado da Hungria passou por um contexto de alternância partidária no poder, desde antes da sua entrada na União Europeia, com a saída do governo liderado pelo partido comunista e dos demais partidos que presidem o país atualmente (BATORY, 2002, p.04). Os rumos tomados pelos países da União Europeia foram colocados em marcha pelos poderes (KORKUT, 2009. p. 630) que ora avançam nas questões de direitos fundamentais, que priorizam os ideais democráticos e multiculturais e, ora se desprenderam dessa linha.

Nos últimos anos, o partido político Fidesz (União Cívica Húngara) subiu ao poder na Hungria tomado por uma agenda política (i)liberal, resultando no que Morgenbesser (2020) denomina de “Autoritarismo Sofisticado”. Uma das características desse autoritarismo



sofisticado vivido pela Hungria é a tentativa de “tornar inútil o princípio da separação dos três poderes para empreender reformas [...] para petrificar o contexto político contemporâneo, por meio de modificações no sistema eleitoral a fim de reter o poder” (BARROSO MÁRQUEZ, 2021, p.195), o que fez Pech e Grogan (2020, p. 45) considerarem o estado da Hungria como o primeiro Estado-membro da UE a ser considerado um "regime eleitoral autoritário" (PECH; GROGAN, 2020, p. 45), representando, a partir desse contexto, um ambiente perigoso à população LGBTQIA+.

Nesse governo autoritário liderado por Fidesz, o discurso de ódio anti-gênero tornou-se o foco de campanha eleitoral do partido, haja vista a necessidade de buscar a polarização no cenário político para, assim, retirar dividendos políticos. Eis o que traz o pensamento de Gradszkova, Kondakov e Shevtsova (2020, p. 361) sobre a Hungria:

Lá, a retórica antigênero se encaixa nos objetivos de um governo, porque tem o potencial de mobilização em massa para trazer à discussão segmentos da sociedade anteriormente não envolvidos. Em outras palavras, a homofobia política e a retórica antigênica se misturam com muitos outros temas de ódio que envolvem vários grupos sociais que os políticos podem explorar ainda mais. (GRADSKOVA; KONDAKOV; SHEVTSOVA, 2020, p. 361)

Pode-se observar o mesmo movimento no governo brasileiro, liderado pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro (Partido Liberal). O discurso de Jair Bolsonaro na campanha pela corrida eleitoral que o levou ao poder no ano de 2018 foi fundamentado em ataques contra grupos socialmente vulneráveis, em especial, ao discurso anti-gênero. Sua campanha foi alicerçada no discurso mentiroso da distribuição do “Kit Gay” pelo governo anterior (PT – Partido dos trabalhadores) e por seu maior adversário nas eleições de 2018 –



Fernando Haddad. O termo “kit gay” é utilizado como pejorativo e habitualmente empregado por críticos para se referir ao programa “Escola Sem Homofobia” (EL PAIS, 2018)³.

Para consagrar suas práticas antidemocráticas e contra os direitos fundamentais no país, Viktor Orbán, líder do partido Fidesz, na Hungria, como uma prática do governo (i)liberal, reformou drasticamente o Tribunal Constitucional Húngaro, objetivando um melhor relacionamento com esse poder, haja vista que, historicamente, a Hungria sempre foi um país que acatou as decisões do Judiciário. O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, vem buscando implementar no Brasil o mesmo movimento, indicando um ministro ao Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, denominado por ele de “terrivelmente evangélico”.

Outro discurso de ódio proclamado no dia 15 de maio de 2019, pelo ex-presidente da Hungria, László Kövér, também filiado ao partido Fidesz, foi a comparação das pessoas que defendiam a união homoafetiva e a adoção por casais do mesmo sexo como um comportamento de um pedófilo. Em 2011, quando a Suprema Corte do Brasil aprovou a união estável entre pessoas do mesmo sexo, Jair Bolsonaro, que na época ocupava o cargo de Deputado Federal, reagiu a essa aprovação afirmando que “o próximo passo será a adoção de crianças por casais homossexuais e a legalização da pedofilia” (EL PAIS, 2011).

Pode-se elencar, também, outra semelhança entre o governo Húngaro com o governo brasileiro. Uma reportagem publicada pelo jornal O Globo (2021) cita que o Parlamento da Hungria aprova lei que proíbe conteúdos considerados pró-LGBT nas escolas”. Tal proposta legislativa foi protocolada pelo ultranacionalista de Viktor Orbán. Ressalta que desde o ano de 2020, o Brasil, juntamente com a Hungria, firmou uma aliança na ordem internacional

³ O material, composto por um caderno e peças impressas e audiovisuais, foi encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao Ministério da Educação (MEC) e elaborado por um grupo de ONGs especializadas, em conformidade com as diretrizes de um programa do governo federal lançado anteriormente, em 2004. Quando houve a polêmica sobre o seu conteúdo, em 2011, Haddad estava no comando do MEC. Fonte: **EL PAIS**: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html



visando “impedir que temas de educação sexual e direitos reprodutivos possam entrar na agenda mundial” (UOL, 2021).

O discurso político anti-gênero na Hungria se alastrou pelo país, fazendo com que a aceitação pública das pessoas LGBTQIA+ diminuísse desde 2015: “apenas 48% da população na Hungria concorda com a igualdade de direitos para heterossexuais e LGBTQIA+” (BARROSO, MÁRQUEZ, 2021, p.206). O discurso de ódio usado na política eleva o pensamento de desigualdade de direitos na população e coloca em risco as ideias do multiculturalismo, que lutam pela inclusão, pela conquista de direitos e de igualdade. Um estudo realizado pela FRA (Agência da União Europeia de defesa dos direitos fundamentais) indicou que 76% das pessoas transexuais que vivem na Hungria acreditam que o governo não combate efetivamente o preconceito e a intolerância contra as pessoas LGBTQIA+. O estudo mostrou, ainda, que 84% das pessoas transexuais pesquisadas apontam como principal motivo para este aumento do preconceito, a intolerância e a violência no país, ou seja, uma posição negativa de políticos e partidos políticos (FRA, 2020).

Percebe-se que os ideias do multiculturalismo são atacados de forma violenta por um discurso político de ódio tanto na Hungria quanto no Brasil. A proximidade do presidente Jair Bolsonaro (Brasil) com o partido Fidesz, da Hungria, principalmente com o líder político Viktor Órban, denota a exclusão da população LGBTQIA+. O ataque ao multiculturalismo se assevera quando a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, pastora evangélica e fundamentalista religiosa, ao participar da III Cúpula Demográfica de Budapeste, na Hungria, em setembro de 2019, afirmou que o foco do governo é investir em famílias para que a nação cresça e, também, para que a paz seja reestabelecida.

O Brasil, juntamente com os Estados Unidos, a Hungria e a Polônia lideram o grupo “Aliança Internacional pela liberdade Religiosa”, formada por governos conservadores e que têm em comum o discurso contrário àquilo que se convencionou chamar de globalismo. A ideia dessa união é se inserir internacionalmente, formando alianças para constituir outras



arenas de deliberação que não as de organizações internacionais como a ONU”, afirma o sociólogo Lucas Azambuja (2020)⁴.

Dessa forma, as narrativas enganosas contra a população LGBTQUIA+, citadas pelos referidos líderes políticos, reforçam a ideia de uma sociedade homogenia na medida em que os ataques à essa população são direcionados como forma de violência (como já citado por Jair Bolsonaro: “ter filho gay é falta de porrada”), colocando em risco a vida, a integridade física e moral dessa população.

CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou observar o discurso de lideranças políticas do estado da Hungria contra as pessoas LGBTQUIA+ no intuito de entender como tais discursos atacam os ideais do multiculturalismo, ferindo os direitos fundamentais e colocando em risco a vida desse grupo vulnerável. Pode-se verificar que o discurso de ódio por parte dos líderes políticos da Hungria se apresenta, algumas vezes, com uma roupagem mais robusta e indireta. O ataque às conquistas da população LGBTQUIA+ se configura dentro de países (i)liberais que tentam, a todo custo, enfraquecer as garantias e a luta dessa população.

A corrente do multiculturalismo, que torna efetiva a luta por um estado democrático de direito, valoriza os movimentos sociais e preza pelo direito de igualdade, vem sendo enfraquecida e pouco encorajada pelos discursos dos líderes e partidos políticos. Tanto no Brasil quanto na Hungria o discurso anti-gênero engrenou as campanhas políticas que levaram ao poder grandes líderes ultraconservadores. Consequentemente, a polarização na

⁴ GAZETA DO POVO: Brasil, Hungria, Polônia e EUA se unem por agenda conservadora internacional. Brasil, 01 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/brasil-hungria-polonia-eua-agenda-conservadora/>. Acesso em: 18 fev. 2022.



política no período eleitoral e materializa na negação de direitos aos grupos mais vulneráveis em prol de uma maioria hegemônica.

O cenário de ataque às conquistas das pessoas LGBTQIA+ na Hungria, iniciado pelo partido Fidesz, desde a reforma da constituição húngara, no início da primeira década dos anos 2000, vem se refletindo nos últimos anos no governo brasileiro, liderado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelos ministros de suas pastas. Por força dessa união entre os líderes dos países, é possível determinar o risco que as vidas LGBTQIA+ terão que enfrentar nos próximos anos, se este permanecer no poder.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO MÁRQUEZ, Juan Francisco. *Estado de derecho e igualdad: poder ejecutivo “ilimitado” como respuesta a la crisis de la COVID-19 y vulneración de los derechos LGBTI en Hungría y Polonia*. In: *IgualdadES*, nº 4. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 183-214, 2021 (doi: <https://doi.org/10.18042/cepc/IgdES.4.06>).

BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Direito Público*, v. 4, n. 15, 2007.

BATORY, Agnes. *The Political Context of EU Accession in Hungary*, London, The Royal Institute of International Affairs. 2002

BATORY, Agnes. *The politics of EU accession – Ideology, party strategy and the European question in Hungary*, New York, Manchester University Press. 2008



BURITY Joanildo A. **GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE: DESAFIOS DO MULTICULTURALISMO**. Editora Fundação Joaquim Nabuco, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130113705/joan9.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 16, n. 3, p. 919-938. 2016.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia antiga – Homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – FURG**, v. 19, n. 1, p. 19 – 24, 2006.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues; GARCIA, Patrícia Martins; BALDASI, Marcos Vinicius Soler. Instrumentos para efetivação do direito à convivência familiar e comunitária: política pública de acolhimento familiar visando a dignidade humana. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas – Unifafibe**. V. 9, N. 1, 2021.

CRAWFORD. Mark. *Regimes of Tolerance: A Communitarian Approach of Freedom of Expression and its Limits*. **University of Toronto Faculty of Law Review**. V. 48, p.1-21. 1990.

EL PAIS: Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou ‘kit gay’. Brasil, 13 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html. Acesso em: 18 fev. 2022.



EL PAIS: "Próximo passo será legalizar a pedofilia", diz Bolsonaro. Brasil, 07 mai. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/07/interna_politica,226082/proximo-passo-sera-legalizar-a-pedofilia-diz-bolsonaro.shtml. Acesso em: 18 fev. 2022.

FEMENÍAS, María Luisa; VIDIELLA, Graciela. *MULTICULTURALISMO Y GÉNERO. APORTES DE LA DEMOCRACIA DELIBERATIVA.* *Revista Europea de Derechos Fundamentales*, v. 29, 2017.

FRA. *A long way to go for LGBTI equality.* Luxembourg: Publications Office of the European Union. 2020.

GRADSKOVA, Yulia; KONDAKOV, Alexander; SHEVTSOVA, Maryna. *Postsocialist Revolutions of Intimacy: An Introduction.* *Sexuality & Culture*, v. 24, p. 359–370, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12119-020-09706-8>. Acesso em 18 fev. 2022.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JEFFREY W. Howard. *Free Speech and Hate Speech.* *Annual Review of Political Science.* 2019. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-polisci-051517-012343>. Acesso em 14 fev. 2022.

KORKUT, Umut. *Agnes Batory: The Politics of EU Accession Ideology, Party Strategy and the European Question in Hungary.* *Sociologický časopis*/v. 45, n.3, p. 630-632. 2009. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-65579>. Acesso em 17 fev. 2022.



KRELL, Andreas Joachim; SILVA, Carlos Henrique Gomes da. Por uma concepção neoconstitucional da cidadania: da cidadania política à cidadania social e jurídica. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas – Unifafibe**. V. 9, N. 1, 2021.

LUCAS, Doglas Cesar; SERRER, Fernanda. Direito, Identidade e uma nova agenda de conflitos: sobre a precariedade das grandes narrativas unificadoras e as possibilidades da mediação. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe)**, v. 5, n. 2, p. 690-724, 2017.

MORGENBESSER, Lee. *The Rise of Sophisticated Authoritarianism in Southeast Asia: Elements in Politics and Society in Southeast Asia*. Cambridge University Press. 2020.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. **REVISTA USP**, n. 49, p. 40-59, 2001.

O GLOBO: “Parlamento da Hungria aprova lei que proíbe conteúdos considerados pró-LGBT nas escolas”. Brasil, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/parlamento-da-hungria-aprova-lei-que-proibe-contenudos-considerados-pro-lgbt-nas-escolas-25062353>. Acesso em: 18 fev. 2022

OSBORNE, Raquel. *Son las mujeres una minoría?*. Isegoría, n.º. 14, 1996, pp. 79-93.

PECH, Laurent; GROGAN Joelle. *Meaning and Scope of the EU Rule of Law*. **Reconnect**, 2020. Disponível em: <https://reconnect-europe.eu/blog/meaning-and-scope-of-the-eu-rule-of-law/>. Acesso em 18 fev. 2022

SARMENTO, Daniel. **Livres e iguais**: estudos de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.



SILVEIRA, Renata Machado da. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMG, Belo Horizonte, 2007.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; LARA, Fernanda Corrêa Pavesi; LIMA, Henriqueta Fernanda C.A.F. Direitos da personalidade e as políticas públicas de educação: programa educação em prática - a integração entre o ensino fundamental e médio com as universidades. **Revista Húmus (UFMA)**, vol. 10, n. 28, p. 583 - 602, 2020.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; PASSAFARO, V. L. O. A eugenia social e os direitos da personalidade: uma leitura no campo da loucura. **Revista Jurídica Cesumar: Mestrado (online)**, v.20, p.11 - 28, 2020.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; PASSAFARO, V. L. O. Direitos da personalidade, vulnerabilidade e adolescente sob uma perspectiva winnicottiana. **Revista Quaestio Iuris**, v.13, p.25 - 46, 2020.

UOL: “Referência de Bolsonaro, Orbán proíbe conteúdo gay em escola e publicidade”. Brasil, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamilchade/2021/06/15/referencia-de-bolsonaro-orban-proibe-conteudo-gay-em-escola-e-publicidade.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.